



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E FORÇAS
AUXILIARES

EM: 04.04.2019

INÍCIO: 15h13min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores muito boa tarde a todos, declaro aberta esta Audiência Pública, com Requerimento de autoria do Deputado Laerte Gomes, que requer a realização de Audiência Pública para discutir e analisar a Reforma da Previdência dos Militares das Forças Armadas, Forças Auxiliares.

Vou justificar a ausência do nosso Presidente que tinha outro compromisso no interior do Estado de pediu que a gente o substituísse na condução da Audiência Pública.

Gostaria de convidar aqui o colega ex-deputado Jesuíno Boabaid, para ficar aqui a minha direita, que de verdade a Audiência Pública que acontece aqui hoje tem uma

propositura e um trabalho muito forte do Deputado Jesuíno, para que ela pudesse acontecer, sei que foi um convencimento em relação a nossa Presidência para que fizesse o Requerimento e trouxesse o tema para a discussão dos senhores, em que pese o momento que nós estamos vivendo. Nós temos a discussão da Previdência Geral, e não é diferente na questão das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro.

Agradecer aqui a presença do Deputado Ezequiel Neiva. Izequiel tem que aprender a falar porque o meu pai é Ezequiel. O Delegado Dr. Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto do Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC; o nobre Jesuíno Boabaid, nosso colega de Casa, Presidente da Associação de Praça e Familiares da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia; Coronel José Carlos da Silva, representando o Comando Geral da Polícia Militar de Rondônia; Sargento Bombeiro Ailton Rodrigues Ferreira, representando o Comando Geral do Corpo de Bombeiro e o Major PM Agleydson Cavalcante, representando a Associação dos Oficiais, Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia.

Para que a gente tenha tranquilidade na condução da Audiência aqui e tenha um melhor proveito, o Jesuíno vai nos socorrer nesta discussão.

Eu vou passar a palavra ao nobre colega Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sr. Presidente, Deputado Crispin; Deputado Ezequiel Neiva, Coronel Carlos, a todos os presentes aqui nesta Audiência, eu queria em nome do Presidente também Laerte Gomes, agradecer o espaço para a gente poder tratar sobre este tema que é de suma

importância para a categoria das Forças Auxiliares também bem como as Forças Armadas.

E nós trouxemos aqui algumas ações e algumas Leis que foram alteradas ao longo desses anos e que hoje o Governo Federal tenta através da PEC 06/19 e o Projeto de Lei Complementar, que agora está aqui no meio, Projeto de Lei Complementar que trata especificamente dos Militares dos Estados. Tem, aqui não tem como passar o retroprojektor não é? Tem não? Mas, eu estou com a Proposta do PL da Reestruturação das Forças Armadas e nessa proposta tem diversas alterações dentre esta, a exemplo, 10 anos, 10.5 é a proposta da alíquota previdenciária que eles querem majorar, é um ponto; e eu vou falando o ponto e eu queria até que, eu não sei se foi convidado o IPERON, mas, era importante também a presença do IPERON para estar aqui presente conosco debatendo com essa questão com mais propriedade. Eles querem majorar para 10.5, nós aqui em Rondônia já pagamos alíquota de 13.5, é um ponto. Eles querem alterar a Lei que trata sobre as pensionistas. Nós aqui em Rondônia alteramos e hoje vigora a Lei Complementar 949/2016. Todavia, os militares foram retirados dessa Lei Complementar que dispõe sobre a Nova Organização de Regime Próprio, Previdência Social dos Servidores Públicos, Cíveis e Militares do Estado de Rondônia e dá outras providências, para aperfeiçoar as regras de concessão e manutenção de pensão por morte aos dependentes segurados do regime, em especial, os servidores públicos cíveis do Estado de Rondônia.

Quando essa matéria chegou a Casa tinha também os militares incluídos, nós retiramos os militares porque entendemos que isso não era viável no primeiro momento. Também foi alterada no ano de 2018, a Lei 3.270 que trata sobre: "Institui o Regime de Previdência Complementar para

os Servidores Públicos Titulares de Cargo Efetivo; incluindo os membros dos Órgãos que menciona, os Militares, e os Militares do Estado de Rondônia”.

Nós alteramos também, nós retiramos os militares dessa Previdência Complementar, porque entendíamos, entendemos na época que não era necessário incluí-los nessa propositura. Por quê? Porque os militares têm regramento jurídico próprio, ou seja, as Leis que são concedidas, que são elaboradas e que hoje vigoram no Estado de Rondônia e no País, na sua totalidade não atinge os militares. Nós não temos adicional de periculosidade, insalubridade, risco de vida, FGTS e segue lista, nós não temos essas garantias constitucionais; regulamentação de horas e outras situações. Então, por isso que na época, quando Deputado, nós defendemos a retirada dos militares e conseguimos e é por isso, Presidente, que nós estamos aqui nesta tarde, tentando buscar junto a este Poder Legislativo, que tem um poder, a representatividade de levar ao Congresso Nacional um expediente ou uma comissão e dizer: olha Rondônia já fez o seu dever de casa no que tange a Previdência, tanto dos civis, quanto dos militares. Então, o Coronel Marcos Rocha, aqui representando pelo o Sub-Secretário, ele vai poder também entender e compreender como anda a Previdência dos Militares e a Previdência Civil. Então, é mais ou menos isso, a gente queria debater esse assunto, inclusive, eu falei hoje com o Presidente da ASOF, o Coronel Lisboa, ele falou que viria o Major Cavalcante aqui para estar o representando. Também tenho aqui alguns pareceres, tanto da FENEME, como também de outras Entidades em nível nacional, especificando o que trata dessa Proposta de Emenda Constitucional nº 06/19 e também o Projeto de Lei nº 1.645/19 e é isso Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Por hora, obrigado Deputado Jesuíno. Registrar aqui a presença e agradecer do Coronel Bombeiro Gilvander Gregório de Lima e agradecer a presença do Coronel Moroni, Gerente de Integração da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania da SESDEC.

Vou abrir a palavra ao Deputado Ezequiel Neiva, depois daria uma sugestão para aqueles que se interessam no debate, uma inscrição para a gente ficar mais tranquilo, com exceção do nosso Secretário Adjunto da SESDEC, que a gente vai ouvir logo na sequência, depois do Deputado Ezequiel, para os demais, a gente abre a possibilidade da inscrição para a gente poder fazer o debate.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, boa tarde; boa tarde ao Deputado Jesuíno também, quero parabenizá-lo também por esta iniciativa, que na verdade o Deputado Jesuíno, procurou o Presidente para propor esta Audiência Pública e parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que fez nesta Casa, ao Estado de Rondônia quando aqui esteve como deputado, lutou muito, aliás, morava praticamente nesta Assembleia, o Deputado Jesuíno tinha uma Audiência Pública por dia quase, fora as Sessões, lutando aí em prol dos direitos, principalmente da Polícia Militar da qual faz parte, parabéns. Quero cumprimentar todos os senhores presentes, é um tema assim, um tema relevante para o momento, onde o Congresso Nacional está debatendo sobre esse tema, ontem mesmo houve uma Audiência Pública lá com o Ministro da Economia, por seis horas e eu acho que encerraram a Audiência Pública, na verdade sem terminar os debates. Então, é algo que vai requerer muito debate e muito embora a maioria das coisas serão definidas lá no Congresso Nacional, mas, nós aqui na ponta precisamos

também está fazendo algumas propostas, algumas proposituras apresentando a nossa Bancada Federal, até porque Deputado Jesuíno, eu conversando com o Deputado Lúcio, a princípio, o que ele me informou o seguinte, eles já estão se definindo lá, Deputado Crispin e aquilo que for de alçada dos Estados, por exemplo, nós que não somos do INSS, nós somos do IPERON que é Estadual, a Polícia Militar e os servidores estaduais, vai vir para nós, a Assembleia Legislativa aqui é que vai ter que deliberar sobre isso. Então, é uma iniciativa muito louvável, nós vamos ter que debruçar mesmo sobre esse tema e trabalhar muito para que lá na frente à gente consiga algo que vai atender o nosso sistema previdenciário e também não maltratar aqueles que estão contribuindo. Era isso Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado Deputado Ezequiel. Nós vamos ouvir o Secretário Adjunto da SESDEC, o Dr. Hélio. Fique à vontade.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Boa tarde a todos, Deputado Crispin; Deputado Ezequiel, Ezequiel, não é?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Questão de Ordem Presidente. Na verdade, o seguinte, o meu nome de guerra mesmo para Assembleia é Ezequiel.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Ezequiel. Então, está tudo certo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - O cartório colocou Izequiel, porque o meu avô foi me registrar e o meu o bisavô se chamava Izequiel, ele quis colocar o nome do avô dele e aí chegou lá, o cartório errou e colocou o I. Mas, como eu tenho opção de registrar Ezequiel para ser candidato, eu registrei Ezequiel.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Então, está certo. Vou chamá-lo assim também que é como eu lhe conhecia, mas, depois do deputado, eu não vou, estando na Casa de Leis, não vai desonrar. Quero agradecer o louvável trabalho da Assembleia; quero agradecer a preocupação da Assembleia com a Segurança Pública, isso tem sido evidenciado e o Jesuíno Boabaid, ex-deputado e também defensor da Segurança Pública; quero agradecer essa iniciativa e todas as outras e como eu falei essa parceria tão amigável e essa preocupação. Quero agradecer aqui aos nossos profissionais Coronel Moroni, grande amigo, Major Cavalcante, Coronel Carlos, ainda não tivemos muita oportunidade de conversar, nosso Corregedor é isso mesmo? Nosso Corregedor; temos ali o Sargento Ailton, um grande amigo de longa data, conheci ainda menino e também o Coronel Gregório, grande amigo e parceiro de luta e todos os demais que estão aqui, eu agradeço e parablenizo pela presença. Nós sabemos que o trabalho do policial é diferenciado, nós reconhecemos isso, eu sou um policial civil, estou na polícia desde os 18 anos de idade. Hoje eu fui a Academia de Polícia, peguei a minha, quando eu entrei na polícia, e a minha carinha era aquela carinha de menino, ainda 18 anos, e fiquei feliz, fico feliz de fazer parte da polícia, eu não queria ter nenhuma outra profissão além da polícia, é uma benção. Mas, todos nós sabemos como somos desgastados, vivemos, eu vivia e vivo, quando ia entrar em casa, eu morava em um

determinado lugar onde não tinha uma segurança, e hoje graça a Deus, Deus me propiciou um lugar mais seguro, mas, até então, até o ano passado, eu passava duas vezes antes de entrar em casa, eu ficava preocupado, dormia e qualquer barulho, eu me acordava desesperado porque podia ter alguém em casa, se alguém achasse a minha carteira de polícia, para proteger a minha família, então a nossa vida é diferente, e o policial militar então, que encara de frente. Eu até estive hoje no 5º BPM, vi o brilhante, maravilhoso trabalho feito ali pelo nosso amigo Major Glauber, fazendo um trabalho maravilhoso, estava à frente de batalha, ele encara o bandido de frente. Eu fui assaltado uma determinada vez, ainda como escrivão de polícia nos idos de 2004, e eu lembro-me que os policiais militares chegaram na minha casa, eu nem falei que eu era escrivão de polícia, eu estava tão transtornado, e eles me colocaram no carro, lá no matagal que havia ali naquela região da Zona Leste, eles avistaram o bandido, eles largaram a viatura, e eles correm para o meio do mato, partiram doidos, independentemente do que tinha, do que não tinha, então, é um trabalho diferenciado. E como foi falado, os militares não têm nenhuma das benesses que os outros servidores públicos e também servidores privados têm. Então, merece um atendimento especial realmente. Mas, como contrabalancear isso com a necessidade também de manter uma previdência saudável? É o desafio da Assembleia Legislativa, é o desafio também da nossa Câmara Federal, Senado Federal, do nosso Congresso, e o desafio que está sendo lançado ao novo Presidente. Então, como nós contamos com a sensatez desta Casa, sabemos também que o Governador, é um homem justo e também vem da carreira militar, é policial, conhece as nossas vicissitudes, certamente fará o melhor. Então, passo a palavra, devolvo a palavra ao Deputado, e agradeço por esta oportunidade, e agradeço pelo

convite. Explico que o Coronel Pachá não está aqui, ele mesmo, ele se faria presente, mas, ele precisou viajar a trabalho para Ariquemes, então, ele não pode chegar. Então, eu agradeço a todos os presentes e agradeço os Deputados por nos darem essa oportunidade maravilhosa de debater esse assunto que nos é tão caro.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado Dr. Hélio. A Segurança Pública tem sido tema cotidiano nesta Casa aqui, discussão sempre voltada. E não poderia ser diferente, Jesuíno, a questão da Previdência, não é só o momento, não é só o hoje, a gente tem que olhar para frente. E nesse seguimento muito bem colocado aqui pelo Deputado Ezequiel, vai chegar o momento em que nós vamos ter que debruçar sobre essa discussão dentro da nossa competência. Agora a ideia é reunir informações, ser subsidiado pelas informações e trabalhar com a nossa Bancada Federal, na discussão do Congresso Nacional, que é importante, mas, a gente leva a informação. Mas, há de chegar segundo informação que o Deputado Lúcio nos traz, há de chegar o nosso momento também, e aí é importante ter a presença dos senhores; ter essa aproximação, porque é da vida do profissional de segurança pública que nós estaremos discutindo, em especial voltado ao tema que nós estamos aqui. Mas, eu abro a palavra para os senhores quem tiver interesse, o ex-deputado Jesuíno, fiquem à vontade, de repente para fazer alguns encaminhamentos, apontamentos para que possa ser encaminhado.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA - Boa tarde a todos! Deputado, Crispin; Deputado Ezequiel; nosso companheiro Jesuíno Boabaid também parceiro de longa data da

Corporação; Coronel Carlos, Corregedor; Major Cavalcante; Coronel Taborda, lembra dele, do Bombeiro; Dr. Hélio. Nós, eu me sinto assim preocupado, nos preocupa assim como cidadão, como militares, essa questão da gente discutir a Previdência e o grande mote, Deputados, da Previdência, é o rombo, é o prejuízo, é essa deficiência orçamentária que com o tempo ela vai se agravando, nossa expectativa de vida aumenta, o coeficiente de reprodução de reposição social diminui, nós vivemos mais com menos pessoas contribuindo para que este que está na inatividade receba o seu provento e nessas discussões, já de anos, a gente não vê aí, por exemplo, vamos falar do Estado de Rondônia, o IPERON, alguma coisa factível de valores. Então uma Audiência dessas, para mim o IPERON devia participar, eu acho que é um membro nobre para falar conosco. Como é a dinâmica disto? Como é que está funcionando? Como? Em que pese, por que há uma curva de nível, elas vão se encontrar. O colapso vai chegar lá, eu chamo isso de coeficiente de escoamento, vai chegar o momento. Então, porque quando a gente vê que em nível nacional já chegou. E o nosso? É uma caixa de surpresa. Nós somos estaduais. Nós estamos pensando em uma Previdência lá em Brasília, nós estamos vivendo uma realidade diferente aqui. E isso me preocupa, eu estou indo para a Reserva dia 01/07/2021, tem data marcada. E isso me preocupa, é uma caixinha de surpresa que a gente não tem esses valores, como é que estamos? Estamos saneados? Até quando? Até onde? Isso me preocupa. Então, uma audiência dessas tem que ter valores, tem que ter um pé na realidade. Tem que saber: eu tenho isso, eu tenho isso. Olha, a cota de alerta é aqui, nós temos que fazer isso e essa porcentagem de desconto é muito, é pouca, temos que aumentar, fazer um cronograma disto para a gente ter essa noção. Porque nós estamos falando de previdência em nível de Brasil, nós vivemos em Rondônia e vamos ter que nos

preocupar sim com o nosso Estado. Claro que vai nos afetar as disposições de Brasília como militares, algumas nuances vão nos afetar diretamente, mas, tem o nosso caixa, o que a gente tem guardado. A gente paga uma diferença de imposto, não é isso? Eu pago 20% há nove anos. Será que é o suficiente? Eu tenho que ter a Previdência complementar? O que é que eu vou perder? Então esta reforma nos colocando na vala, desculpe a expressão, na vala comum dos civis, vai ser uma afronta ao que a gente pagou a vida toda, digamos assim. E isso me preocupa. Então vamos discutir, é muito importante. Mas, tem que ser com o pé na realidade. O que é que nós temos? Para onde nós vamos? Onde é essa curva de nível? Onde vai ter este escoamento? Ela é superavitária até 2050? Dois mil e tanto? Vamos ter que mexer quando nisso aqui? Para a gente ter uma ideia, porque nós estamos mexendo em uma legislação super complicada, complexa, afeta a seguridade social, o direito social, o direito civil, afeta tudo, e afeta o futuro. Então não é uma mexida apenas. Vamos colocar uma vírgula aqui neste zero e vai ficar tudo bem, não. Porque envolvem discussões assim, hercúleas, então isso me preocupa nesta falta deste pé na nossa realidade. Para ficar discutindo teoria e na prática que a gente quer saber. Desculpe-me a queixa aí, mas essa é a minha observação.

O nosso Comandante está em viagem, desculpe. Está fora do Brasil e nós estamos representando ele neste momento. Coube-nos esta missão, só por isso. Ele volta só dia 14 e nós estamos respondendo pelo Comando. Só isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado Coronel. A queixa, ela é extremamente salutar e nesse sentido o Jesuíno tem uma informação que é relevante, que é

sobre a questão da Comissão, Jesuíno. Gostaria que o senhor esclarecesse isso para nós.

O SR. JESUÍNO BOBAID - Eu acredito que nós temos que frisar alguns pontos, Coronel. A sua fala é importante. Rondônia, se o Paulo Guedes viesse aqui, que é o Ministro, viesse aqui em Rondônia, eu acredito que sairia muito feliz, porque como eu disse, vou pontuar algumas ações que foram feitas pelo Governo Estadual que praticamente sanou a Previdência. Vamos fazer um arrazoado que eu entendi, sobre esta matéria, porque eu fui relator de uma Comissão Especial que apurou a questão dos Fundos. Fundo Previdenciário, que nós temos capitalizado e o financeiro. O Fundo Financeiro, ele está, isso é a Dra. Maria Rejane, ela falava que está deficitário, fim do financeiro, que foi até o ano de 2010. 2010 para frente o Fundo capitalizado e ele se encontra já superavitário. Além disso, nós, quando eu falo, a Assembleia Legislativa aprovou uma alteração na Lei nº 3.270, que criou uma ação que o Governo Federal quer fazer, que é a Previdência Complementar. E a Previdência Complementar, ela, inclusive já foi feita já o acordo com a PREVICON, que já foi aprovado, já está bem encaminhado, ela vai ter um teto, e o teto será do INSS, R\$ 5.645,80. Então os novos concursados e aprovados em certames deverão estar nesta Previdência Complementar. Então para a pessoa, a exemplo do Coronel Carlos, para ser, mas, tira os militares, vamos ter um salário dos policiais civis, o delegado, para ele chegar a ter um salário de 10 mil, ele vai ter que complementar o seu salário. Outra coisa que foi majorado, que foi discutido nesta Casa também, foi a alíquota de desconto dos servidores, era 11%, passou-se agora para 13.5%. Então nós já aumentamos também a alíquota do previdenciário. Também

havia um engodo quanto às pensionistas, eles alegavam sempre a questão das pensionistas, como era feita essa concessão, foi alterada também. Como eu disse no início da minha fala. A Lei Complementar 949, ela já disciplina como será feito essa concessão, até quantos anos você deve residir com o cônjuge. Então tem tudo isso disciplinado que o Governo Federal quer fazer. Prova tanto que a nota técnica da FENEME, que é a Federação Nacional de Entidades Oficiais, ela discute, ela coloca aqui, eu não sei se o Major Cavalcante está com essa nota técnica também, eles colocam a questão dos dispositivos que o Governo Federal quer alterar no artigo 42 da Constituição Federal. Eles querem acrescentar essa questão das pensionistas. Então, os militares do Estado de Rondônia, e aí, eu também, vou me aliar ao entendimento do Deputado Lúcio Mosquini, que também já conversei com o Deputado Léo Moraes, e ele fez o compromisso de apresentar uma Emenda, retirando o Estado de Rondônia dessa proposta, só que não é bem assim, nós sabemos que não é bem assim. Lá é um Congresso Nacional, e são vários Deputados e Senadores, para retirar o Estado de Rondônia vai ter que criar um dispositivo na Constituição. Mas, temos subsídio suficiente para defender essa retirada, essa retirada dos militares e que os Estados que irão legislar sobre essa matéria, que deverão enfrentar isso aqui junto com o Governo e a Assembleia Legislativa. É esta a nossa proposta também. Então, sobre Previdência, a Assembleia Legislativa tem nos seus arquivos, nos seus Anais cópias de vários processos e documentos que foram juntados pelo IPERON, pelas Secretarias pertinentes e, naquele processo você vai avaliar como está hoje a questão da Previdência dos servidores públicos civis e militares. Isso aí, eu me sinto bem confortável em falar aqui, porque nós conseguimos receber diversas juntadas de CDs, de documentos e ao final, ainda, inclusive, nós tivemos um

Parecer que não era mais para ter mais nenhuma majoração de alíquota previdenciária ou algo assim.

E Deputados, nós aprovamos também no final do ano, que tem vários bens e imóveis, imóveis na verdade, que o IPERON vai poder utilizar, vender, fazer leilão para colocar dentro do Fundo. Era mais ou menos isso que eu queria falar. Eu queria ouvir o Coronel Carlos, que é um expert na questão previdenciária, acompanhou muito bem esse tema, esteve com a gente aqui, por diversas vezes nessas discussões. E o representante da ASOF, que eu falei com o Coronel Lisboa, ele está com problema na coluna, não podia vir, mas, é principalmente para alinhar qual será Deputados, a proposta que nós iremos levar ao Governo do Estado de Rondônia e ao próprio Congresso Nacional. Era mais ou menos isso que eu queria acrescentar ainda mais. Sobre esse Processo, está na Assembleia, está aqui dentro, deve estar no arquivo, mas, tem que tratar sobre a questão da Previdência. O IPERON tem isso nos arquivos, essa Comissão Especial.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Coronel Carlos não é? Fica à vontade.

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA - Boa tarde senhoras e senhores. É com grande satisfação que estamos aqui debatendo um assunto tão importante. Gostaria de agradecer ao Deputado Crispin, que está presidindo a Mesa; ao Deputado Ezequiel; o Deputado Jesuíno, que tanto trabalhou em prol da Corporação aqui nesta Casa. Senhor Secretário Adjunto, mais uma vez está junto, é um grande prazer, os demais debates e demandas que envolvem as Corporações e as forças policiais. Meu amigo Moroni, o Sr. Subcomandante

Coronel Gregório, do Bombeiro; está sempre presente também. Porque os militares estaduais, eles formam um bloco e a união é o que realmente nos torna fortes, principalmente, porque compartilhamos as legislações em todos os sentidos. Major Cavalcante, me deu um branco, agora, e o Sargento Ailton, muito obrigado pela presença, e dos demais que estejam aqui acompanhando ou até mesmo, pela TV e demais meios de comunicação. Só fazendo um prelúdio rápido, uma rápida regressão. As corporações militares em sua essência, na sua gênese, ela remonta às primeiras legiões romanas e, que dali havia a necessidade de se garantir aos que ficavam, porque as legiões romanas, elas iam para os mais rincões distantes da Europa, inclusive, até ao Norte da África, e havia necessidade de se garantir a subsistência de quem ficava, dos familiares. Por isso que surgiram as primeiras garantias. Nem se falava ainda dos montepios, que os montepios vieram mais adiante, na Idade Média, mas, as primeiras garantias surgiram lá. E as forças militares realmente necessitam dessa garantia. Então, esses montepios se formaram e que, para hoje, num contexto dos militares, há uma necessidade de subsistência. E principalmente no que pertine às pensões, senhores, senhores Deputados, há uma necessidade de cuidado especial. Isso aí, realmente, nós agradecemos ao Deputado Jesuíno que tanto defendeu, foi quando a gente teve os grandes embates aqui, juntamente com o pessoal do IPERON, porque conseguimos retirar por força, obviamente dialética, de ideias, chegaram num consenso de que os militares não deviam entrar nesse contexto de reforma. Porque o militar tem que ter uma garantia, e essa garantia é a pensão dos seus familiares, da sua esposa e dos seus filhos. Com certeza, há o entendimento de que no federal, em nível federal os militares estariam abrindo parte desse direito, cedendo, vamos dizer assim. Mas há que se ver, há que se ressaltar que a atividade do militar

estadual é diferente do militar federal. O militar estadual está no combate todos os dias. Eu bem estava hoje me aprontando para ir para o trabalho e vi uma reportagem que durante o final de semana, em São Paulo, houve uma troca de tiros intensa, dois bancos que foram tentados, houve uma tentativa de roubo, 10 meliantes foram a óbito. Então, a Polícia Militar está 24 horas pronta para o combate. Então há necessidade de se cuidar, de se resguardar essas garantias, senhores Deputados. E foi falado aqui pelo Deputado Jesuíno, que houve uma minirreforma. Realmente já houve essa minirreforma aqui e a nossa alíquota passou a 3,5. Isso buscando fazer a capitalização do que, em tese, estaria deficitário, que é o Fundo financeiro. O Fundo financeiro, hoje, está passando, vamos dizer assim, como é que eu posso falar? Por um incentivo financeiro que não se tinha. Diferente do capitalizado, é superavitário em mais de um bilhão, como nós provamos até em outras audiências Públicas. Então, é interessante, é extremamente importante que venhamos debater esses temas. A Previdência hoje, não é uma realidade, ainda está isso em debate. Nós estamos observando e acompanhando em nível nacional, e quando houver a batida do martelo, com certeza haverá reflexo para o nosso Estado. O que nós temos que sempre observar, senhores, que o policial vive 24 horas à disposição do Estado para ser, inclusive, transferido. Ele não tem Fundo de Garantia, não tem nenhum direito trabalhista diferente, vamos dizer assim, além daqueles previstos na Constituição, ou seja, é o rol taxativo. A própria Constituição nos tratou de forma diferente no artigo 144, nos deu atribuições residuais enormes, que a garantia da ordem pública envolve atribuições residuais que vão além do policiamento ostensivo. Mas, também nos trouxe essa tranquilidade de saber que as garantias não serão removidas, porque os militares, sejam federais, sejam

estaduais, estão prontos, à disposição dos Estados, da Federação e da sociedade. Nós vivemos para a sociedade. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Coronel Carlos, a fala do senhor traz aqui o reflexo do trabalho parlamentar que por aqui passou, Deputado Jesuíno, e que pode, juntamente com a comunidade, fazer debates importantes aí e garantir, o senhor falou de garantias. A Assembleia Legislativa tem uma missão de não somente nesse segmento, mas, de fazer uma luta por manter aquilo que foi garantido, que foi conquistado. Parabéns pela fala, que o senhor ora trouxe. Major Cavalcante.

O SR. AGLEYDSON CAVALCANTE - Bem, primeiramente boa tarde a todos os presentes, todos os Deputados Crispin, Ezequiel e o Jesuíno; nosso Secretário Adjunto Dr. Hélio, prazer estar aqui com vossa presença, vários contatos. Coronel Moroni; Coronel Carlos, nosso Corregedor; Coronel Gregório, Subcomandante do nosso Corpo de Bombeiros Militar, Sargento Ailton, demais presentes. Estou aqui representando o nosso Presidente da Associação dos Oficiais, Coronel Lisboa que não pode vir por questões particulares, problemas na coluna; e com certeza o pensamento da Associação não difere tanto quanto ao já aqui debatido e como bem explanou aqui o nosso Corregedor, Coronel Carlos, essas garantias, elas foram sendo construídas desde os primórdios não é? E com o passar dos anos várias garantias já foram sendo substituídas ou até sendo retiradas dos Militares, tanto os Federais como Estaduais. Eu não estava na Polícia Militar do Estado de Rondônia em 2002, mas, em 2002 nós tivemos várias perdas de

garantias, principalmente, tempo de serviço, que contava; e tudo isso foi se perdendo com o tempo, e principalmente, o terço que continua, foi retirado ali em 2002 dos Militares Federais com exceção da Aeronáutica que não retirou a contagem do terço, o tempo de fronteira, e das Forças Policiais Militares; nós tínhamos aqui no Estado, em 2002 foi retirado. Em 2006, retornou para os Federais, no entanto, para os Militares Estaduais não retornaram esse terço. E uma coisa que a gente debate muito na Associação, são essas perdas, que sempre a gente abre mão de algumas garantias em detrimento de outras garantias e só vai se perdendo. E um simples cálculo com o terço, não para que seja retirado, mas, só para a gente fazer um cálculo simples, nós Policiais Militares e Bombeiros teríamos que trabalhar 35 anos, ou seja, quase beirando ali os 60 anos de idade para podermos chegar à Reserva Remunerada, não é aposentadoria. Reserva Remunerada, tendo em vista que nós podemos ser chamados novamente para cumprir o papel constitucional da Polícia Militar, caso, haja necessidade. E que acontece com frequência, e sempre estamos sendo chamados e temos que estar prontos.

E uma coisa que preocupa bastante a Associação e também particularmente por ser Policial Militar, a gente tem que ver como que está a nossa tropa. Eu tenho visto este ano, cerca de quatro Policiais Militares já da Reserva Remunerada com 53 anos vieram a óbito, ou seja, a grande preocupação que eu vejo que temos que ter não somente com a parte econômica do Estado, do Brasil, mas também a parte social, porque não adianta nada você aumentar o tempo de serviço, sendo que eu tenho uma preocupação de não morrer antes de me aposentar, ou seja, nem chegar a me aposentar, porque se quatro Policiais Militares já na Reserva esse ano somente, já vieram a óbito com 53 anos, será que os Policiais hoje exercendo atividades que exercem, insalubre,

com várias mazelas sendo vividas diariamente, isso eu falo pelo Policial que está na rua, porque é entrando, saindo, é correndo, pulando o muro, prendendo os cidadãos que são infratores da Lei e esses policiais com certeza com o passar do tempo eles não têm mais condições de desenvolver atividade fim da Polícia Militar. E automaticamente, logicamente se passa para atividade meio. No entanto, quando chega à Reserva, ele já não tem condições de sobreviver e muitas vezes antes de se aposentar acaba falecendo durante a atividade, levando em consideração esses quatro Policiais, isso é que eu tenho notícia, se for pegar realmente os Anais ali do nosso controle de pessoal, com certeza, temos mais do que quatro; isso foi o que foi noticiado.

Então, a grande preocupação que nós temos que ter não somente economicamente, mas, também com a parte social do profissional que está ali atrás da farda, mesmo porque com as atividades diárias, 24 horas, 24/7 não é Coronel? Então, 24 horas por dia, 7 dias por semana, esse profissional está apto, está em condições de desenvolver o seu papel e isso é o problema da gente somente pensar na parte econômica. Por isso que o Estado desde os primórdios vem disponibilizando essas garantias aos militares justamente por essa disponibilidade de 24 horas. E a Associação, ela tem se preocupado com isso, a gente, muitas vezes a gente se reúne com as outras Associações e outras Instituições para debater a respeito de vários temas e um deles hoje preocupante é a parte Previdenciária, porque não se pode somente colocar na vala comum, mesmo porque os Militares Estaduais e Federais também não temos outras garantias que o cidadão comum tem. Então, essa é uma preocupação, parabéns pela iniciativa da Assembleia, logicamente a gente tem que se adiantar, não só esperar vir do Governo Federal, a gente tem que já começar debater, mesmo para que saibamos

de todas as circunstâncias e as diferenciações que existem dentro da atividade. Só para finalizar, esse ano nós tivemos aí uma situação preocupante junto aos estabelecimentos prisionais onde nós tivemos que ser empregado na folga, muitos policiais trabalharam 24 por 24, vi ali algumas notícias vinculadas aí pelo Facebook, acompanho o Deputado Jesuíno aí no Facebook e nós tivemos alguns policiais que infelizmente, nós fomos empregados às vezes, 24 por 24, justamente para suprir as necessidades que estavam havendo naquele momento excepcional de intervenção militar nos presídios. Isso é mais uma ênfase que nós damos para a diferenciação das atividades. No mais, agradecer a oportunidade e a associação vai estar sempre à disposição para debater no campo das ideias, logicamente e chegarmos a um consenso para que possamos ter as melhores escolhas aí para nossas Instituições. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado Major Cavalcante. Nós vamos abrir aqui a palavra, a participação do Coronel Moroni e na sequência, o nobre colega Deputado Jesuíno, para encaminhamento e a gente caminhar para a conclusão e as ideias a serem defendidas pela Assembleia Legislativa. Coronel Moroni, fique à vontade.

O SR. CORONEL MORONI - Muito boa tarde a todos. Cumprimentar o Deputado Crispin; o Deputado Ezequiel; o ex-deputado Jesuíno, parabenizar pela iniciativa, trazer esse debate importante à Mesa neste momento. Sabemos que ainda em nível federal, está iniciando os debates sobre a Previdência e o impacto que isso vai trazer para os militares também. Temos que observar, a fala do Coronel

Carlos foi brilhante, nós temos os militares estaduais, os policiais também estaduais, temos uma diferença muito grande do serviço que é executado pelas Forças Armadas. Então, aumentar, só porque aumentou o tempo nas Forças Armadas e aumentar o tempo de serviço aqui para os nossos militares estaduais ou até mesmo policiais estaduais, há uma diferença muito grande, tem que ser levado em consideração. Nas Forças Armadas, eles começam a contar tempo já na academia, na formação deles; tem a questão de 1/3 também que eles contam; o serviço deles, a maior parte do tempo interno e o nosso é externo. Então, nós temos aí toda uma diferenciação que a gente tem que observar, tem que levar em consideração; o policial trabalhar diuturnamente, escala de serviço, regime de serviço totalmente diferente das Forças Armadas e se ainda não está batido o martelo, a gente sabe, mas, a proposta que veio na PL é nesse sentido; em aumentar em 05 anos o tempo de serviço. Questão também, questão orçamentária, a gente vê na Lei, do artigo 50 aqui da Lei nº 6.880 que a remuneração dos militares ativos e inativos é encargo financeiro do Tesouro Nacional e essa contribuição que eles estão aumentando de 7.5% para 10.5%, vai ser para financiar os pensionistas apenas, há uma diferença também da nossa situação aqui, nós mesmo bancamos a nossa Previdência, nós contribuímos todo o tempo de serviço e quando vamos para a Reserva Remunerada, continuamos contribuindo no que ultrapassa lá o teto da Previdência. Então, uma série de questões aí que vão precisar ser debatidas, com certeza esta Casa vai trazer também o IPERON para debater aqui junto. Tivemos um, falando do Fundo Financeiro, que está deficitário ou quase chegando aí no limite do pagamento, da possibilidade do pagamento, mas, também tivemos uma administração desastrosa no passado com relação a esse Fundo Financeiro, já foi debatido nesta Casa, na outra

Assembleia. Então, são várias questões aí que precisam ser levantadas e tenho certeza que esta Casa vai ter o máximo de cuidado com essas tratativas, como manter as garantias dos nossos policiais e nossos militares estaduais. Agradecer aí a oportunidade. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado Coronel Moroni. Eu acho que é isso, nesse segmento, a Assembleia Legislativa, vejo que o quadro de Deputados que têm chegado a Casa e os outros que foram reeleitos, de muito compromisso, muita responsabilidade. Não tenho dúvida que será desta forma, mantida essa busca, não só pela garantia, mas, preocupado com o ser humano e a dignidade da pessoa. Vou passar ao Deputado Jesuíno Boabaid, para fazer alguns encaminhamentos e nós caminharmos para conclusão.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Senhor Presidente, as falas, eu acredito que é unificada, não há como alterar a Previdência nesse momento, não há condições do Governo Federal tentar colocar uma Previdência para nós militares do Estado, sem dá, e aí, eu quero falar essa ressalva que faltou a gente falar, a reestruturação da carreira dos militares das Forças Armadas que está sendo proposto para eles. Lá vai ter um adicional de habilitação, se caso seja aprovado, lá vai ter alguns benefícios, exemplo, de cada formação, vai pagar quatro soldo, vai aumentar para oito soldo, quando vai para inatividade, então, tem uma série de bônus que nós teremos, no caso que arcar, se caso seja modificado, e não teremos esses direitos. O encaminhamento que eu peço a esse Poder Legislativo, Presidente, é que chamem novamente aqui o IPERON, convoque aqui novamente todas as pessoas que se encontram nesse debate, inclusive,

chamando a Bancada Federal, convidando a Bancada Federal, Deputado Léo Moraes, fazer uma nova audiência, porque o IPERON vai trazer as informações necessárias, o Tribunal de Contas e aí para a gente poder levar um expediente assinado por todos os parlamentares, levar para o Congresso Nacional, pontuando o que Rondônia fez e como está a Previdência de Rondônia, eu acho que é bom, é importante, essa medida feita por esta Casa. Inclusive já tiveram outros encaminhamentos e debates em algumas Leis que tramitavam no Congresso, que nós conseguimos lograr êxito, a exemplo, agora recentemente, foi aprovado ontem que vai promulgado a condição do acúmulo de cargo. Então, hoje os militares poderão acumular cargos, a exemplo, passou num concurso para professor, desde que haja compatibilidade de horários com a polícia, você vai poder exercer essa atividade. Aqui em Rondônia, nós conseguimos aprovar a PEC 108, que vigora desde 2016, já vigora e não foi nem suscitada a sua inconstitucionalidade, e agora com efeito dessa aprovação no Congresso Nacional, conseguimos aí que esse efeito seja para todas as polícias e bombeiros dos Estados. Então, é mais ou menos isso, um encaminhamento para ter uma próxima audiência, e vocês decidem qual o dia que possa a gente trazer mais informações, chamar outras entidades, representantes de outros Estados, Deputados também que estão ali acompanhando, Deputado Gonzaga, tem outros Deputados, fazer um convite para ele vir aqui, poder falar como é, e como está esse debate aí ao longo desses dias quanto a Previdência. Sabemos que são duas situações, a PEC 06 e a PLC 1.645, essa aí que está sendo discutida. No mais, novamente agradecer ao senhor, ao Deputado Ezequiel, Deputado Presidente Laerte Gomes, a todos os Deputados que se encontram agora nessa 10ª Legislatura, a todos os serventuários desta Casa, que para mim está sendo um prazer enorme estar aqui, eu sempre como bem ressaltou

aqui o Deputado Crispin, essa Taquígrafas quase tiveram, todas tiveram LER, de tanto que eu chamei audiência aqui para discutir. Mas, foram muito importantes as audiências, a prova é tanto que como bem ressaltou o Coronel Carlos, toda hora queriam colocar a gente na vala comum, colocava a gente na vala comum, e a gente afastava, mas, porque? Conseguimos esclarecer para as pessoas o que era ser militar, o que é ser militar, e porque nós defendemos de forma tão aguerrida, de forma tão diferenciada essa função que muitos não dão valor. Muitas pessoas, eu falo, dou um exemplo é igual uma criança pequena, quando ele é muito assim, perturba muito, o pai quer colocar ele na creche, e quando ele está na creche, ele faz falta, igual a PM, quando está longe, tudo é polícia, pode estar em qualquer situação, chama a polícia, e a Polícia Militar, Bombeiro Militar, ele está em vários locais, se não é o Estado, o poder representando ali pelo Judiciário, por outro órgão, vai estar lá uma guarnição da Polícia Militar fazendo a segurança do cidadão. Então, eu tenho muito orgulho de ter representado as corporações, falo as corporações, eu tenho muito orgulho de ser policial militar da reserva, e hoje como Presidente da ASSFAPOM, que ainda continuo na condição da Presidência da Associação dos Praças e Familiares, a gente sabe da importância, às vezes, "não, eu não vou mais, eu vou me dedicar mais ao estudo, a minha família"; mas, às vezes eu pego sozinho ali já tomando algumas ações, porque está no sangue, está realmente na nossa pele segunda, que eu falo, essa pele azul, que quando a pessoa veste, ela sabe o valor e deve reconhecer. Obrigado Presidente, e no mais, era isso que eu queria solicitar a Vossa Excelência.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ex-deputado Jesuíno. Só informar, eu fiz algumas anotações, e vamos encaminhar isso para outra Audiência Pública, e de repente trabalhar uma publicidade que alcance outros seguimentos. Mas, eu indiquei aqui o IPERON, que é importante estar na Mesa para a discussão, a própria SESDEC, que aqui está representado pelo Dr. Hélio; Comando Geral da Polícia Militar; assim como o Comando Geral dos Bombeiros também que vieram; a Bancada Federal, é quem a gente tem para provocar, que tem legitimidade para discussão no Congresso Nacional das questões aqui levantadas; e as Associações de representatividade de classe. Eu acho que com isso...

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Neste aspecto porque embora conquanto nós não estejamos sendo discutidos nesta questão diretamente dos militares, mas, os policiais Civis também estão bem preocupados com a forma que a Previdência está atendendo para nós.

Então, e aqui eu falo como delegado e não como Secretário, porque como secretário eu poderia aqui falar pela Polícia Civil também, mas, eu gostaria muito que se possível o senhor Jesuíno, que o senhor foi sempre o Jesus, que é o irmão, delegado, e eu gostaria de pedir este favor que também a Polícia Civil fosse convidada para este debate e também porque certamente quanto a discussão, ela chegar lá, a Polícia Civil também vai precisar ser chamada embora como falam. Aqui entendo bem, e estou aqui em defesa da Polícia Militar também, mas, que seja chamada ao debate porque estamos muito preocupados. A Polícia Civil fica muito preocupada da forma que a Previdência vai ficar bem grave, bem agravosa para os Policiais Civis que também têm um trabalho que nos causa bastante preocupação. Muito

obrigado. E desculpe se eventualmente, não for interesse, se não for compatível eu compreendo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Eu vou inserir na proposta da próxima audiência também a Polícia Civil, por que não?

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - POLITEC, perdão, a POLITEC também....

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - A gente pode dentro deste contexto aí aumentar a publicidade disso. E trazer outros autores para a discussão, é lógico, tem ideia de todo segmento aí.

Vou agradecer aqui a presença dos senhores em nome do nosso Presidente da Casa, Deputado Laerte Gomes; agradecer ao Deputado Ezequiel Neiva aqui presente com a gente; o ex-deputado Jesuíno, que sempre foi um combativo e foi muito importante a presença dele aqui com a gente.

Então desta forma declaro encerrada a Audiência Pública de hoje.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 10 minutos)

(Sem revisão dos oradores)